

# Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”

Tiago Lemões da Silva<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Instaura-se, neste artigo, um diálogo com diferentes acepções teóricas sobre o fenômeno da população em situação de rua, considerando a multiplicidade de interpretações sociológicas e antropológicas que buscam explicar a questão. A discussão localiza-se na convergência entre estudos etnográficos sobre família, grupos populares e população em situação de rua, tangenciados por argumentações iniciais construídas pelo autor deste ensaio, a partir de ponderações elaboradas em pesquisa junto a homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas, RS. O debate congrega as discussões a partir de um viés comparativo, apontando para conexões e continuidades – em termos de valores, práticas e representações –, em vez de rupturas e especificidades entre cultura popular, relações familiares e a vida nas ruas.

**PALAVRAS-CHAVE:** *População em situação de rua, Grupos populares, Família, Circularidade.*

---

**ABSTRACT:** This paper makes a theoretical dialogue with different meanings on the phenomenon of the homeless population, considering the multiplicity of sociological and anthropological interpretations that try to explain the issue. The discussion is located at the convergence of ethnographic studies on family, popular groups and homeless population, steeped for initial arguments by the author of this essay, from research into men and women living on the streets in downtown Pelotas, Brazil. The debate brings together discussions from a comparative outlook, pointing to connections and continuities - in terms of values, practices and representations - instead of ruptures and specificities between popular culture, family and life on the streets.

**KEY-WORDS:** *Homeless population, Popular groups, Family, Circularity.*

---

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Licenciado em História pela mesma instituição. A pesquisa da qual este artigo origina-se obteve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

## Introdução

*“Quando se fala em menino de rua, o senso comum logo reage com o retrato acabado de um ser em abandono, sem laços familiares, desamarrado para o que der e vier, armado com o seco temperamento dos desprovidos de afeto e com os instrumentos letais que o crime organizado coloca em suas mãos” (Silva e Milito, 1995, p.79).*

Interessa, neste artigo, aprofundar a discussão sobre o fenômeno da população em situação de rua<sup>2</sup>, considerando a multiplicidade de interpretações sociológicas e antropológicas que buscam explicar a questão. O ponto de partida, contudo, ancora-se em reflexões interpretativas construídas em pesquisa junto a homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas, RS<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Privilegia-se a categoria “situação de rua”, por ser a denominação crítica mais recente em relação a conceitos anteriores, tais como “mendigos”, “menor abandonado” e “morador de rua”. Historicamente, estes termos suscitaram uma associação entre a vida na rua e a criminalidade. Da mesma forma, o termo “rua” carregou uma imprecisão que confundiu um processo dinâmico com uma essência social. Tais representações estigmatizantes foram sendo substituídas ao longo das últimas três décadas em função de sua influência nos modelos de intervenção junto a esta população (Leal, 2008). Assim, o termo “situação de rua”, ao contrário da categoria “moradores de rua”, de acordo com Patrice Schuch, atenta para a situacionalidade da experiência nas ruas, combatendo, ao mesmo tempo, processos de estigmatização direcionados a esta população, trazendo à cena a concepção do *habitar a rua* como uma forma de vida possível, distanciando-se, assim, de uma visão negativa calcada na falta ou carência de moradia fixa (Schuch, 2007; *apud* Schuch *et al*, 2008). Contudo, vale mencionar que embora a “situação de rua” busque minimizar certas essencializações, sua utilização não deixa de categorizar e circunscrever uma diversidade de comportamentos e uma multiplicidade de situações heterogêneas (Neves *apud* Rosa, 2005, p.65).

<sup>3</sup> A referida pesquisa, calcada em método etnográfico sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Magni, organizou-se a partir de um tríptico enfoque: a continuidade das relações familiares no contexto das ruas; as estratégias de construção e manutenção de vínculos com diferentes personagens no espaço público; e os códigos de sociabilidade que orientam a constituição de

De fato, quem de passagem os vê relegados ao espaço público pelotense expressa de imediato uma concepção de abandono, solidão e sofrimento em que a família “desestruturada” é o principal responsável pela existência, cada vez mais contundente, de homens, mulheres e crianças em situação de rua nos grandes centros urbanos. São, de fato, percepções que também compartilham de um determinado valor moral atrelado a uma noção de família, mas que conformam uma essencialização perversa em que os meios encerram o início e o fim de uma vida “trancada na rua”.

Não se pode negar, contudo, a especificidade criativa, a maleabilidade, a perversidade e os contorcionismos necessários à sobrevivência nesse meio, assim como a aquisição gradual de uma forma singular de percepção, apropriação e demarcação do espaço público e das relações nele firmadas. Mas são mecanismos que podem esconder uma rede mais ampla de atuação, rede que pode envolver conexões sociofamiliares equivocadamente tomadas como extintas.

Por seu turno, a narrativa primordial, que acalenta e dá sentido à inserção no conjunto de práticas e valores próprios à vida das ruas, envolve um discurso que sempre remete ao núcleo familiar e na maioria das vezes apresenta um conflito, uma perda, uma reorganização de papéis mal sucedida ou a frustração pelo descompasso entre “campo de possibilidades” e expectativas sociais. Mas, quando averiguadas de perto, no calor de suas representações, as conexões familiares apresentam-se constituídas, ainda que em alguns contextos encontrem-se sob uma configuração particularmente fraturada. O drama familiar está presente, e justamente por sua dramatização, acaba por revelar uma continuidade temporal, espacial e afetiva.

---

vínculos entre os pares em situação de rua. Ver: Lemões Da Silva, Tiago. Família, Rua e Afeto: etnografia das relações familiares, sociais e afetivas de homens e mulheres em situação de rua. Universidade Federal de Pelotas. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais: Pelotas, 2012.

Uma vida de adoções frustradas; a morte dos pais e a conseqüente introdução conflituosa de padrastos; a perda da guarda dos filhos e a internação destes em instituições totais; o peso moral das traições e separações conjugais; a frustração do papel de provedor - são inúmeros fragmentos narrativos que se misturam para racionalizar uma condição e uma posição específica no mundo das ruas. Essas explicações fornecidas aos diferentes segmentos sociais com os quais se relacionam, sempre carregam o embate no campo das relações familiares entre pais, filhos, padrastos, enteados, companheiros, irmãos.

A apresentação dos dramas familiares em forma de fatos ou “fantasias”, utilizada ou não como estratégia para conquistar o consentimento de diversos agentes, conforma algo mais do que simples discurso tático. Enquanto “mito etiológico” (Vogel e Mello, 1991), tais eventos familiares tornam plausível a “escolha” do caminho das ruas, mas não reportam somente ao passado, incluem-se num *corpus* argumentativo em que o futuro, idealizado por quem vive na rua, também conduz à apreciação de trabalho, casa e família, como se depreende de afirmações do tipo : “chegar em casa, assistir uma *tela* (televisão), tomar umas *cuias* (de chimarrão) com a *nega véia* (companheira)”. O sonho de uma casa, uma família. O desejo distante em adquirir um terreno, material de construção, ter filhos. Anseios que expressam, em linhas gerais, a adesão aos parâmetros familiares e sedentários.

Este valor conferido à família permeia diferentes dimensões temporais e fundamenta a carga de sentidos atribuída aos laços familiares. É o que faz com que muitos retornem periodicamente em visitas à casa da mãe ou que perambularem pelo bairro de origem, no processo de atualização das relações de camaradagem.

A casa é um dos pontos de passagem dentro de um itinerário mais amplo na cidade. Há uma continuidade entre o bairro de origem e a vida nas ruas. Tal continuidade desvela, conforme Simone Frangella (1996), a “ambigüidade do contato” que reforça, por um lado, o estigma atribuído à situação de rua, mas

também expressa a interconexão de duas dimensões aparentemente antagônicas: a casa (o bairro) e a rua, universo de errância e circulação.

A despeito de inúmeras relações firmadas na rua, as referências primárias permanecem e conformam um território afetivo esparramado, com múltiplas configurações de pertencimentos e amarrações submersas, ocultas ao olhar apressado. Tanto os familiares quanto os camaradas do bairro “visitam” os que vivem na rua, trocam informações, interagem e compartilham certos ritos de sociabilidade. Sair do trabalho e passar na praça para conversar com um “amigo de rua” (que já foi – ou ainda é – membro da vizinhança) fornece subsídios para o intercâmbio de informações entre centro-periferia (pontos de doação de comida e roupas, indicação de possíveis *bicos* de trabalho) e periferia-centro (notícias de amigos, familiares, vizinhança).

Os filhos de pessoas em situação de rua, quando criados por outros familiares, também acionam e mantêm a ponte com o universo da casa e da família. Saber notícias dos filhos, ajudar com roupas, comida, dinheiro induz à procura dos familiares e pressupõe a manutenção mais ou menos pacífica destas relações – mesmo que, a princípio, mobilizadas pelo medo de perder contato com esses filhos. E embora a família manifeste o desejo de retirar um membro da rua, já não há mais compatibilidade entre as regras do mundo sedentário e as normas disfarçadas de “liberdade” que compõem o universo das ruas.

Em outros casos, principalmente entre os jovens, a negação em retornar a viver em família tem como argumento o uso do *crack* e suas consequências negativas para a unidade familiar, tanto em termos materiais (furto de objetos e/ou gêneros alimentícios) como em termos morais, quando entendem que, do ponto de vista dos pais, “ter um filho drogado”, que não participa na produção de renda familiar, é socialmente vergonhoso, pois afronta a moral da reciprocidade familiar e do valor do trabalho.

Uma vez na rua, mesmo que principalmente para o consumo do *crack* (com todos os perigos em atribuir à droga o motivo para estar na rua)<sup>4</sup> a vinculação à família e à parentela não se rompe e tende, com o tempo, a assumir certa estabilidade entrecortada por períodos de tensão em que uso da droga intensifica-se por uma série de questões que envolvem, desde conflitos internos à unidade doméstica, até frustrações no campo do trabalho e da vida amorosa. Na rua, *de loucão*<sup>5</sup>, por vezes o sujeito é procurado pela mãe ou pelos irmãos que querem saber notícias, entregar-lhe algumas roupas ou, mais raramente, convencê-lo a voltar para casa.

Mesmo assim, a família revela sua continuidade pelo *poder de referência* (Escorel, 1999) que comporta e que se apresenta sob variadas formas de representações positivas, negativas, antagônicas. São lembranças carinhosas, revoltosas, ressentidas. Evocam um poço de cobranças ou empecilho à “liberdade”. Com o tempo, porém, o sujeito em situação de rua parece deslocar as culpas e cobranças do grupo familiar, lançando-as sobre si e responsabilizando-se por sua própria condição: para voltar, precisa “se endireitar”, mudar de vida, de hábitos e pensar no futuro. Precisa corresponder aos critérios familiares de decência.

---

<sup>4</sup> Que o leitor não entenda somente o crack como causa da saída de casa. Em muitos casos, por mais que a droga sobressaia como motivo evidente, é extremamente recomendável considerar, além das condições macroestruturais, a conjuntura microssocial das relações engendradas entre os membros da família, em que a droga e a rua podem figurar como alternativa viável para dissimular temporal e espacialmente relações perversas há muito cultivadas no espaço doméstico, evidenciando a droga e outras problemáticas como o estopim ou a ponta do *iceberg* de embates mais profundos de ordem social, econômica, afetiva e relacional.

<sup>5</sup> Termo utilizado para referenciar o estado em que o sujeito “entrega-se” ao uso do *crack*. Pode-se estar *de loucão* ou *ficar de loucão*. No primeiro caso, o usuário utiliza o *crack* por semanas ou até meses, e suas roupas, aparência e comportamento expressam radicalmente a condição em que se encontra. No segundo caso, trata-se de uma única noite de uso, dentro de uma relação controlada com a droga. Sobre o uso social e controlado do *crack* por população de rua, ver: RAUP, Luciane; ADORNO, Rubens. *Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades*. In: Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, n.4, 52-62. 2011.

De outra parte, há casos em que o homem constitui sua própria família, e uma série de questões pode fazê-lo inserir-se no universo das ruas diante de uma condição de precariedade e intermitência entre emprego, desemprego e realização de “bicos”, situação que pode ameaçar a própria posição e expectativas sociais em torno do chefe de família. Sustentar os filhos valendo-se dos recursos ofertados pelo espaço público (vigilância de carros; coleta e venda de material reciclável; rede de assistência e doações) propicia o conhecimento tácito de um conjunto de relações fecundas em termos de benefícios materiais e afetivos. Tal rede pode fazer ancorar os que nela incluem-se no intuito de suprir a unidade familiar. Daí em diante, dormir na rua pode significar uma estratégia de economia, visto que voltar para casa é sinônimo de gastos com deslocamentos.

Nestas diferentes situações, a família entrecruza as justificativas, os motivos, os objetivos, revelando que a vida na rua parece não se limitar a si mesmo: a família é o pano de fundo e continua a ser mesmo em casos de fratura relacional, em que sua presença simbólica está na retórica dos motivos. Tanto as referências que dão sentido ao ingresso nas ruas, como a identificação da rede de relações que se estende à dimensão sociofamiliar indicam a centralidade dos significados atribuídos à família, atualizados na prática e nas representações construídas ao longo da vivência nas ruas.

Convém indagar se há, de fato, uma transubstanciação tão significativa que respalde a essencialização que a rua instiga. A própria terminologia “de rua” acaba por confundir um processo dinâmico, relacional, com uma essência social, ignorando heterogeneidades e homogeneizando os tratamentos direcionados ao referido segmento. Em tal nível de reflexão, Eduardo Leal considera a “situação de rua” como uma “dinâmica social delimitada e possível a crianças e adolescentes de camadas de baixa renda, de acordo com a relação cultural estabelecida destes com o espaço público” (Leal, 2008, p. 103).

Partindo destas ponderações, tudo nos leva a crer que há um recorte determinista que institui a substituição sumária do ambiente familiar pelo ambiente da rua. Esse processo contribui para a construção de um vilão: a “família desestruturada”.

*É a instancia familiar, de ordem privada, a que proporciona o maior número de motivos explicativos para a presença de crianças e adolescentes nas ruas, como se nestas famílias – além de serem pobres e não contarem com o respaldo da ação pública governamental – faltasse um ‘gancho’ que conseguisse ancorá-los em seu domínio. Uma parcela da opinião pública mantém uma explicação ‘naturalizada’ da desigualdade e o ônus maior recai sobre a família pobre que seria, naturalmente, conflituosa. Habitantes de bairros pobres e precários, os filhos das classes populares recebem todos os estímulos para estabelecer vínculos tênues e instáveis com a escola e uma utilização crescente da rua como espaço de trabalho e lazer. Responsabilizar a estrutura familiar pelo desconcerto desse múltiplo arranjo de determinações que conduzem as crianças para trabalhar e morar nas ruas da cidade é encontrar, senão um bode expiatório, uma estereotipia da família pobre, como desagregada e promotora de seres desviantes, marginais (Escorel, 1999, p. 134).*

No bojo desse processo de moralização da pobreza, acusativo dos grupos populares por sua própria “desgraça”, figura um etnocentrismo na manifestação da estranheza diante de “costumes exóticos” que não aqueles comuns à família nuclear completa, expressos no conceito de desorganização social, também utilizado para fundamentar crescentes taxas de criminalidade - discurso que oculta os fatores macrossociais, no plano das desigualdades sociais e das flutuações econômicas, estigmatizando a família como um “topo estrutural” de suas próprias mazelas.

Quando as afirmativas direcionam e encerram uma causa monolítica para um processo que é dinâmico e relacional, há que se desconfiar, pois um desvio de atenção ocorre, e ele não é gratuito. Lançar o ônus sobre a “família desestruturada” ou sobre o “morador de rua” organicamente encerrado por uma qualificação espacial, convence ainda mais o senso comum de que a rua é dimensão de criminalidade (pois “família desestruturada” produz “seres desviantes”) e de isolamento social, visto que as classificações obedecem aos critérios superficiais de desvinculação.

Como veremos em alguns autores, as famílias de grupos populares, das quais a grande maioria dos sujeitos em situação de rua são originários, organizam-se de tal maneira a conformar uma malha extensa de reciprocidade para a qual a rua pode ser o *locus* e o sentido. A complexidade do fenômeno, que aproxima cada vez mais os sujeitos a uma interação vertiginosa com o espaço público urbano, exige análises e reflexões refinadas e atentas aos múltiplos e complexos fatores que incidem sobre a questão.

### **A circulação**

Em se tratando de crianças que exercem atividade laboral nas ruas, algumas especificidades emergem: a família não toma tal fato com maus olhos e muitas vezes a rua não é espaço de trabalho apenas das crianças, mas de outros membros da família, sendo vista

com positividade na medida em que ocupa o tempo ocioso e conduz a práticas educativas em termos de manejo com dinheiro.

A essa relação com a rua, já inserida no *ethos* familiar, Vogel e Mello (1991), associam um processo evolutivo entre trabalhar na rua e tornar-se menino de rua: em primeiro lugar, o trabalho substitui a dimensão lúdica, própria da infância; em segundo, o ingresso na rua altera significativamente a dinâmica familiar e sua morfologia, principalmente no que concerne à autoridade dos pais. Respectivamente a estas duas alterações, os autores sugerem duas rupturas: com a infância (*infância roubada*) e com a família, sugerindo a substituição desta pelos grupos de pares constituídos na rua.

A noção de ruptura, apresentada pelos referidos autores, é fortemente criticada por Maria Gregori (2000). Para esta antropóloga, o trabalho nas ruas não implica no rompimento dos vínculos escolares, lúdicos e familiares, pois a família exerce um controle para evitar que a criança firme relações com grupos de rua. Com isso, a substituição da socialização primária pelo universo das ruas não é tão fácil como Vogel e Mello parecem supor.

Gregori questiona-se, então, sobre as forças que atuam na fratura relacional, quando esta efetivamente acontece. Constata que, em primeiro lugar, é fundamental buscar pistas no histórico familiar sobre a proximidade com as ruas. Em segundo lugar, reforça a necessidade de desconfiar dos casos em que os meninos começam a ter experiências pautadas pela sociabilidade com o universo das ruas, visto que o processo pode ter se iniciado no núcleo familiar.

A circulação de crianças, na acepção de Cláudia Fonseca<sup>6</sup> (1999) é um bom começo para endossar as ideias defendidas por Gregori, nas quais o histórico familiar de instabilidade financeira,

---

<sup>6</sup> A noção circulação de crianças entre famílias de grupos populares foi construída por Fonseca a partir do diálogo comparativo com os estudos de Anne Cadoret (*Parente plurielle: anthropologie du placement familial*, Paris: Harmattan, 1995) e Suzanne Lallemand (*La circulation des enfants em société traditionnelle. Prêt, don, échange*. Paris: Harmattan, 1993).

conjugal, educacional, comunitária e residencial conforma uma dinâmica familiar em que o “estar na rua” é apenas a ponta do *iceberg* de uma vida conduzida pela circulação.

Ao estudar a organização familiar em vilas populares de Porto Alegre, Fonseca vivencia uma situação emblemática dos embates entre distintas províncias de significados no seio de uma mesma sociedade: esta antropóloga ouviu mães relatando, com impressionante “naturalidade”, o fato de ter seus filhos criados por avós, irmãos, tios. Por conseguinte, nomeações como “mãe de leite”, “mãe que me teve” e “mãe que me criou” finalizavam o rol de estranhamento recaído ao olhar da pesquisadora.

A frequência com que as mulheres e mães circulavam e colocavam suas crianças em circulação foi de encontro ao modelo convencional da família conjugal americana, predominante na organização familiar da própria pesquisadora (de origem norte-americana), na qual a unidade doméstica congrega toda a família conjugal, em que os filhos nascem e crescem para, ao alcançarem a maioridade, saírem de casa, tomarem rumos diferentes, desconhecendo, posteriormente, o paradeiro um do outro. Ao casar, cada um constitui unidade independente, tal qual os pais o fizeram: nuclear e nuclearizada (Fonseca, 1999).

Desestabilizada em campo, a pesquisadora, então, busca aportes para operacionalizar seu estranhamento: esquematiza dados básicos sobre a composição da unidade doméstica, tentando delinear os vínculos familiares e afetivos; relativiza, com base na história social, a naturalização da família conjugal, trazendo à tona o caráter socialmente construído da noção de família<sup>7</sup>; compara seus

---

<sup>7</sup> O ideal da família nuclear moderna, edificado na Europa do século XVII, insere-se num contexto histórico em que emergia a necessidade do Estado em controlar e disciplinar seus sujeitos, o que garantiria um nível mínimo de estabilidade econômica. A partir de então, a “livre escolha do conjugue e a incorporação do amor romântico ao laço conjugal; o aconchego da unidade doméstica (“lar, doce lar”) que se torna um refúgio contra as pressões do mundo público; e, finalmente, a importância central dos filhos e da mãe enquanto sua principal socializadora”(Fonseca, [1989] 1999:69) caracterizaram o nascente modelo de organização familiar europeu. A autora sugere que as forças constituintes da vida familiar europeia são

dados etnográficos com dinâmicas análogas registradas em etnografias clássicas, identificando a prática da circulação de crianças em culturas distintas<sup>8</sup>; por fim, formula um modelo de família alternativo ao convencional, no qual o ciclo familiar com circulação de crianças não reduz a identidade familiar, mas, ao contrário, o “circulante” parece acirrar ainda mais o laço consanguíneo através do tempo, mesmo transferido para um novo grupo conjugal.

O modelo alternativo parece impor-se como antípoda ao convencional, predominante na terra natal da pesquisadora. Enquanto neste, os filhos, concentrados e protegidos na unidade doméstica nuclear, na maioria voam para o mundo e esfacelam seus vínculos, naquele, a família, imersa numa dinâmica aberta a outras formas de sociabilidade, põe seus membros em circulação, para, cedo ou tarde, serem “puxados pelo sangue”, de volta aos pais biológicos.

Tomando o estranhamento inicial - esse choque de concepções culturais bastante fecundo quando tratado pela sensibilidade etnográfica – Cláudia Fonseca, ao mergulhar no mundo de práticas e representações familiares, operacionalizou a noção de circulação de crianças como uma dinâmica própria aos grupos populares de Porto Alegre, dinâmica esta que fortalece a solidariedade do grupo familiar como um todo, sustentando laços de afeto e criando obrigações intergeracionais de reciprocidade.

---

incompatíveis com o que ocorreu no caso brasileiro: um Estado anêmico e descentralizado, condições precárias de vida, instituição escolar inerte e ausente. Nesse quadro, os membros da casa permaneceram amarrados a outros focos de sociabilidade onde circuitos de comadres, turmas de bar e relações de vizinhança encerravam a rede social dos populares até, pelo menos, meados do século XX (Alvim, 1997 *apud* Fonseca, 1999).

<sup>8</sup> O contato de Fonseca com a noção de circulação de crianças se deu quando da leitura de *Parenthood and Social Reproduction: Fostering and Occupational Roles in West Africa*. Essa etnografia, realizada por E. Goody (1982) entre os Gonja da África Ocidental, revela que as crianças circulam em situações de crise conjugal, sendo absorvidas por algum parente, mas também ocorre de forma voluntária na medida em que se manifesta o desejo em estreitar laços de solidariedade com familiares distantes.

Calcando-se nesta dinâmica de circulação de crianças, Gregori elabora sua tese, defendendo que tanto as vivências com as famílias quanto as relações construídas na rua são pautadas pela circulação. Esta constitui uma das características mais marcantes na vivência dos meninos de rua: estão sempre circulando entre as instituições, a família, e os vários locais tomados como referência no espaço público. Nestes termos, a circulação é o que pauta a relação com diferentes atores sociais:

*[...] da mesma maneira que a maioria deles [os meninos de rua] não abandona em definitivo suas famílias, não abandona também as instituições e agrupamentos com os quais convive. O “não abandonar”, no entanto, não significa “se fixar”, implicando uma substituição. Na história de vida dos meninos estudados, esse padrão de circulação já se verifica com nitidez. Em primeiro lugar, são famílias em que a “circulação de crianças” é procedimento frequente. Parte considerável desses meninos passou um tempo prolongado morando com seus genitores. A própria estrutura familiar é recortada por uma dinâmica instável: pais que saem de casa, vinda de diferentes padrastos, novos filhos, crianças de outros parentes sendo criadas juntas, etc. Em segundo lugar, são famílias para as quais a renda para o sustento nunca foi estável: há momentos em que os provedores estão empregados, outros tantos em que estão desempregados, realizando “bicos”; há momentos em que os filhos estão apenas*

*estudando, muitos outros em que trabalham e estudam. São também famílias que se mudam frequentemente, passando pelos bairros mais precários da cidade ou por outros municípios da grande São Paulo, alterando a rotina de seus membros (Gregori, 2000, p. 72).*

A discussão amplia-se para uma dinâmica que, ao invés de excluir, abarca as relações familiares em termos de uma história de vida marcada por deslocamentos e variações constantes no que tange às vinculações sociais estabelecidas. O êxito da noção de circulação, desenvolvida por Gregori, consiste em pensá-la como dinâmica pré-existente e adquirida antes do ingresso efetivo às ruas, num meio de sociabilidade aberta às inúmeras redes de relações existentes no espaço público.

Para Gregori, esse processo circulatório de não-fixação, esta mobilidade constante em busca de recursos não permite a inserção consistente de crianças e jovens na rede de vizinhança ou comunitária, visto que em casos de conflitos familiares, a criança ou o jovem, estando articulado à comunidade local, pode encontrar apoio de outras famílias, situação que pode evitar ou retardar seu afastamento definitivo. E mesmo quando este ocorre, a passagem para a rua, mais do que uma representação que implica novidade e liberdade, trata-se de uma vivência cujas origens remetem aos padrões apreendidos na movimentação organizacional, espacial e social levada a cabo pela família que “antes de ser causa do fenômeno, faz parte do contexto que propicia uma experiência de circulação que poderá ser – e, no mais das vezes é – aproveitada na rua” (*op cit*, p. 100).

## A relação casa/rua/gênero no contexto dos grupos populares

Se a reflexão aqui empreendida localiza estes sujeitos no universo de grupos populares, em que o valor do trabalho está inexoravelmente relacionado ao valor família, ela também corrobora o *ethos* da circulação e, principalmente, o fato de que é um equívoco considerar que nos estratos populares ocorre uma ruptura entre os espaços da casa e da rua, assim como o esmaecimento da noção de parentela. Conforme Lia Machado,

*O processo de transformar as relações de vizinhança em relações de parentesco e vice-versa, acaba por instituir a noção de pedaço (Magnani, 1984), território simbólico de parentes e conhecidos que faz avançar o mundo da família e dos princípios relacionais sobre o mundo da rua e dos princípios vivenciados pelas classes populares como o do anonimato, da indignidade e da indiferença (Machado, 2011 p. 19).*

Além de localizar a rua como espaço contínuo e estendido ao universo doméstico, a questão da circulação corrobora os estudos sobre a mobilidade em grupos populares, tanto em termos de valores que impulsionam à movimentação dentro de uma gramática de gênero, quanto em termos materiais, em que se deslocar faz-se necessário na busca de recursos mais favoráveis ou esperanças de condições melhores de vida, configurando, nos termos de Adriane Boff, um “recurso popular” para se viver. A este recurso, agrega-se uma transposição de limites geográficos pela qual se reconhece uma rede de reciprocidade social oferecida pelo meio urbano como alternativa possível.

*A particularidade cultural desse estilo de vida móvel aparece aqui e lá tornando 'relativamente fáceis a incorporação e a acomodação de estranhos'. Vínculos se rompem; outros são reatados mais tarde ou em outros lugares. Os ajustamentos pessoais obedecem, portanto, à lógica dessa mobilidade singular – sempre conforme um idioma que permite aos membros desse universo se sentirem 'em casa', se reconhecerem como pares (Boff, 1998, p. 73).*

Explodindo com concepções de mundo rígidas, fechadas e imobilistas da pobreza – quase sempre fabricadas pelo desestímulo influenciado pelas inúmeras barreiras em melhorar de vida – os trabalhadores pobres de Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, estudados por Alba Zaluar (1994), também afirmam a centralidade que a circularidade possui em suas trajetórias, anunciada nas expressões “correr atrás”, “virar-se”, “não se atrasar”. As expectativas de mobilidade, de não ficar parado, mexer-se em busca de soluções – pois “quem fica parado é poste” – incidem predominantemente sobre o universo masculino e estão associadas ao movimento como reação para superação, tema de um discurso da “mobilidade masculina” (Agier, 1990, *apud* Escorel, 1999).

Conforme Escorel (1999), o nomadismo que caracteriza os grupos populares faz parte de uma estratégia jovem e masculina de enfrentamento de desafios, anterior ao processo de morar nas ruas. Detendo-se em histórias de vida de jovens adultos em situação de rua no Rio de Janeiro, procedentes de ‘classes trabalhadoras pobres’<sup>9</sup>, a autora constata que as condições vulneráveis de

---

<sup>9</sup> A categorização ‘trabalhadores pobres’ é utilizada pelos interlocutores de Alba Zaluar em a Máquina e a Revolta (1985), no sentido de constituir uma oposição ao ‘criminoso’ ou ‘vagabundo’.

habitações prévias à “moradia nas ruas”, compunham padrões de vida muito próximos aos que se apresentam para quem vive na rua: moradia e acolhimento precários, falta de saneamento, de higiene e padrão alimentar incerto indicam uma fronteira muito tênue entre a condição abrigada e a das ruas. “Em termos de precariedade do abrigo, o ‘cair na rua’ não é um tombo de muito alto” (*op cit*, p. 123). Além do mais, viver sob um padrão de consumo extremamente baixo, presente no seio familiar e também nas cercanias do bairro, na vizinhança, naturaliza tal condição e constrói um aprendizado para “saber viver com cada vez menos”. Esse “saber”, defende Escorel, será extremamente útil nas ruas, onde é preciso lidar com a efemeridade dos bens e dos rendimentos.

No contexto social de grupos populares, a família é centralizada em relação a todos os outros campos relacionais. É o que aponta Delma Neves (1983), para a qual a unidade familiar desempenha um papel fundamental na adequação do consumo aos rendimentos obtidos pelo trabalhador chefe de família, apoiando-se também no acúmulo das rendas de todos os membros, em atividades que podem ir do biscate à mendicância. Em prol da continuidade familiar, adotam-se mecanismos que minimizam a insuficiência do salário e amortecem a precariedade de determinadas atividades.

*Por isso mesmo, nas representações que os trabalhadores fazem de sua prática social, ou seja, em suas maneiras de interpretá-la, a relação entre o trabalho e a família é um ponto de referência fundamental. Ser bom chefe de família é ser bom trabalhador. Ser trabalhador pressupõe a existência de uma família, para a qual se trabalha e pela qual se obtém as condições básicas para que se*

*continuem mantendo as relações de trabalho (Neves, 1983, p.31).*

Como verificado por Alba Zaluar, o valor do trabalho tem seu *status* vinculado, não ao trabalho em si, mas ao ‘ganha-pão’. Ora, tem-se aí menos uma ética de trabalhador do que uma ética do provedor, pois “é esta obrigação com os demais membros da família, em especial quando ele [o trabalhador] é o provedor principal, que o faz aceitar como positivo o trabalho” (ZALUAR, 1994, p. 89). O peso simbólico da ética do provedor é tão importante que sua ameaça, advinda de instabilidades econômicas, pode solapar tal *status* e arruinar a autoridade familiar do homem.

Uma vez arruinado o desempenho de papéis padronizados no sustento da família ou na contribuição das rendas mínimas à reprodução desta, a mendicância pode vir a configurar uma das formas de colaboração na composição dos rendimentos familiares. Este “desastre familiar” produz uma figura central: a do morador de rua, um universo majoritariamente masculino. Estes homens sofrem um duplo processo: são *hipermasculinizados*, porque independem dos controles sociais vigentes, e insinuam o perigo, a agressividade, a violência; ao mesmo tempo, são *desmasculinizados* porque encarnam a falência social frente aos parâmetros positivamente estabelecidos em torno da decência social e da dignidade humana (Frangella, 2009).

### Considerações finais

O diálogo com as reflexões teóricas e etnográficas aqui apresentadas permitiu vislumbrar as forças distintas que sustentam significados do espaço público urbano para sujeitos que dele se apropriam, seja para atividades laborais ou mesmo como caminho possível frente a uma série de vulnerabilidades e conflitos com a dimensão sociofamiliar e com o mundo do trabalho.

A compreensão da mobilidade e da circulação como prática inserida no cotidiano de grupos populares, assim como as estratégias de enfrentamento da realidade, evidencia a estreita relação destas práticas e valores com a maleabilidade e os saberes que a vida na rua demanda. Poderíamos tomar, assim, a ida para as ruas, não em sua ruptura com o universo doméstico e sedentário, mas como continuidade acentuada das relações e dos valores apreendidos neste meio, ao lançarmos mão dos deslocamentos possíveis e das diferentes vias de vinculação em grupos de ajuda e apoio, formados pelos sujeitos antes da saída anunciada de casa.

A permanência das relações de ordem primária (familiar e comunitária), embora muitas vezes conflituosa e problemática, ressalta o trânsito entre domínios, bem como valores e visões de mundo que se misturam e se somam entre a casa e a rua que, longe de oporem-se, acabam por se amalgamar num fluxo contínuo de interações, afetividades, reciprocidades, conflitos, aproximações e distanciamentos relacionais.

O que está em jogo é que a noção de deslocamento social rumo ao “não-lugar” faz emergir o drama da ruptura familiar. Até mesmo o olhar externo que projeta o abandono e a solidão aos que vivem na rua, não é gratuito. Ele revela o quão importante é o grupo familiar na sociedade brasileira, onde identidades e pertencimentos no âmbito sociofamiliar predominam sobre as garantias no âmbito do trabalho e da cidadania (SCOREL, 1999).

A partir das reflexões etnográficas e do mosaico biográfico apresentados neste artigo, é possível relativizar a desvinculação total e abrupta entre os sujeitos em situação de rua e seus familiares. Coloca-se em cheque a existência de uma ruptura entre a casa e a rua, haja vista as potencialidades fluídicas e relacionais que estas dimensões exibem, revelando que a rua e a casa, no contexto dos grupos populares, nunca foram separadas por fronteiras rígidas e definitivas.

## Referências Bibliográficas

- BOFF, Adriane. *O namoro está no ar... na onda do outro*. Um olhar sobre os afetos em grupos populares. Santa Cruz do Sul. Edunisc: 1998.
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu. Trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FRANGELLA, Simone. *“Capitães do Asfalto”*: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- FRANGELLA, Simone. *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso. *Pesquisa etnográfica e educação*. Caxambu: ANPED, 1998.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração. Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LEAL, Eduardo Martinelli. O outro nome da pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica. In: LIMA, Kant de (org.) *Antropologia e Direitos Humanos* 5. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, 2008.
- MACHADO, Lia. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*. V.4, n.8, p.11-26, 2001.
- NEVES, Delma. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Ciência Hoje*. SBPC. (s/1); jan/fev, ano 1, n.4, 1983. p.28-36.
- NEVES, Delma. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Caderno CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.
- ROSA, Cleisa M (org.). *População de Rua, Brasil e Canadá*. São Paulo. Hucitec: 1995.

**Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”**

---

- SILVA, Hélio; MILITO, Cláudia. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará: 1995.
- VOGEL, Arno e MELLO, Marco Antônio. “Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho”. In FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (orgs.) *O trabalho e a rua – crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Unicef/Flacso e Cortez, 1991.
- ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2 ed. São Paulo: 1994.

Recebido em: 10/06/2012

Aprovado em: 19/07/2012

Publicado em: 15/09/2012